



POR MAURO BERNI

Pesquisador das áreas de meio ambiente e energia do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE), da Universidade de Campinas (Unicamp-SP)  
E-mail: mberni@unicamp.br

## EMPRESAS DE CELULOSE E PAPEL E O *BIG PUSH* DA SUSTENTABILIDADE

FMAIS / ADOBE STOCK



É comum que o incentivo para economizar um determinado recurso venha da percepção de sua escassez. Em uma economia de mercado, é extremamente importante assinalar o verdadeiro custo de um produto ou recurso, a fim de que o consumidor possa contribuir para o uso racional do mesmo. É ainda necessário que se promova a conscientização da importância de preservar o meio ambiente e que se procure alternativas que facilitem esse processo.

O uso eficiente de recursos naturais pode ser atingido com medidas do lado da oferta, otimizando-se tanto a produção e distribuição quanto a demanda. A demanda pode ser influenciada, por exemplo, pela regulamentação de preços no sentido de refletir os verdadeiros custos de produção e impactos ambientais.

Com esta temática, um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) propõe compensar a perda da arrecadação e os gastos públicos adicionais associados à oferta de recursos públicos não reembolsáveis e a criação de um tributo sobre CO<sub>2</sub> emitido, semelhante ao adotado em vários países do mundo, inclusive da América Latina, como Chile, Colômbia e México (GRAMKOW, C., 2020; GRAMKOW e ANGER-KRAAVI, 2019).

De acordo com as pesquisadoras, no Brasil, esse tributo inci-

diria sobre as emissões da combustão fóssil em todos os setores da economia – exceto sobre as famílias –, sendo sua alíquota proporcional aos incentivos oferecidos em cada cenário simulado no estudo. Além disso, esse tributo poderia funcionar de forma similar à atual Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), mas com foco nas emissões de CO<sub>2</sub>, e não no consumo do combustível.

Ainda conforme GRAMKOW e ANGER-KRAAVI (2019), o tributo sobre carbono e os incentivos fiscais verdes estimulariam as indústrias a emitir menos carbono de forma competitiva e, paralelamente, as encorajariam a investir mais na adoção ou no desenvolvimento de novas “tecnologias verdes”. Do ponto de vista do governo, essa seria uma forma de anular os impactos orçamentários associados à implementação dos incentivos fiscais em suas contas públicas.

A indústria brasileira de celulose e papel, não obstante ter em seu DNA a vocação para uma economia de baixo carbono, ainda tem espaço para a penetração das chamadas “tecnologias verdes”, conforme GRAMKOW e ANGER-KRAAVI (2019), a saber: i) cogeração, ii) eficiência energética, iii) recuperação de materiais (economia circular); iv) sustentabilidade de florestas; v) o uso de fontes renováveis de energia, substituindo combustíveis fósseis etc. No Brasil, observa-se que nas plantas de celulose



de mercado, integradas e recicladoras, a busca por novas tecnologias que lhes permitam crescer e diminuir as emissões de CO<sub>2</sub> é fato. Esta tendência resulta da preocupação em manter seu potencial competitivo, em um contexto de forte pressão de concorrentes de vários países. Sob a ótica da CEPAL a direção e o sentido a ser buscado pela indústria é o *BIG Push* da Sustentabilidade

A esse propósito, GRAMKOW (2020) foi a organizadora para a CEPAL do estudo intitulado “Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (*BIG Push*) para a sustentabilidade no Brasil”, onde tem-se em destaque o papel da Suzano, no *BIG Push* brasileiro para a sustentabilidade, promovendo a construção de um estilo de desenvolvimento sustentável. O elemento-chave desta abordagem são os investimentos, que são o principal elo entre o curto e o longo prazo. Os investimentos de hoje explicam a estrutura produtiva de amanhã que, por sua vez, determina a competitividade, a produtividade e o tipo de inserção no comércio internacional. Além disso, ela também determina a capacidade de geração de empregos de qualidade com inclusão produtiva e a atividade econômica será replicada e ecologicamente sustentável para o desenvolvimento sustentado.

No capítulo XI do trabalho organizado por GRAMKOW (2020) e SEVERIEN *et al.*, (2020), são apresentadas as estratégias da Suzano para um cenário marcado por mudanças climáticas e risco de esgotamento de recursos naturais vitais, por meio da recuperação de pastagens degradadas. Para tanto, a Suzano estruturou uma estratégia ampla e de complexidade pioneira para conservar e recuperar áreas florestais, incluindo iniciativas para proteger as áreas de mata nativa, combater o desmatamento ilegal, recompor a vegetação, monitorar a biodiversidade e compartilhar benefícios com as comunidades locais. Os benefícios gerados pelo Programa de Restauração Ambiental contemplam alvos específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O modelo produtivo da Suzano é essencialmente pautado no equilíbrio do ecossistema e dos serviços por ele prestados, o que garante a manutenção dos ciclos produtivos e a não exaustão dos recursos naturais, provendo uma matéria-prima renovável, de qualidade, por mais de décadas.

O atual Programa de Restauração Ambiental da Suzano foi estruturado a partir de 2010 e se alicerça em dois grandes objetivos gerais (SEVERIEN *et al.*, 2020):

- i) recuperação, aumento, conexão e maior resiliência dos ativos naturais que detemos; e
- ii) replicabilidade e inovação.

O primeiro objetivo diz respeito à estratégia de restauração da Suzano, que está pautada em potencializar os ganhos ambientais a partir da restauração. Nesse sentido, as ações se des-

dobram nos seguintes objetivos específicos: regenerar ou recuperar áreas degradadas para aumento da biodiversidade local (fauna e flora); propiciar a conexão de contínuos ou fragmentos naturais já existentes (corredores ecológicos na paisagem); promover o fluxo gênico de espécies de fauna e flora; proteger os solos e nascentes de água; potencializar a capacidade de resiliência e equilíbrio ecossistêmico contra pragas e doenças no mosaico de florestas plantadas de eucalipto e áreas naturais; aumentar significativamente o sequestro de gases do efeito estufa. Como consequência do alcance desses objetivos específicos, a Suzano tem a convicção de que seu Programa de Restauração Ambiental contribui significativamente para o aumento da capacidade de resposta aos desafios ambientais.

O segundo objetivo, a replicabilidade e inovação, parte do propósito da Suzano de desenvolver soluções boas para si e para o mundo, concomitantemente. Nesse sentido, a Suzano, por meio do seu Programa de Restauração Ambiental, visa a inovar, replicar e compartilhar suas boas práticas, buscando atingir os seguintes objetivos específicos: priorizar as relações e parcerias em sua cadeia de restauração com atores comunitários e pequenos, médios e grandes parceiros operacionais (desde o viveiro, onde se compra mudas nativas até a mão de obra do campo); compartilhar e aprender com Organizações Não Governamentais (ONGs), governos em diversos níveis, organizações privadas e partes interessadas regionais; disseminar o conhecimento produzido por intermédio de ações em fóruns e publicações, de maneira a possibilitar a replicação e difusão do modelo de ação. Essa maneira de atuar dialoga diretamente com benefícios no tripé da sustentabilidade (social, econômica e ambiental) ao produzir um ciclo virtuoso de investimentos sustentáveis. ■

### Referências:

- GRAMKOW, C., (org.), “Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (*Big Push*) para a sustentabilidade no Brasil”, *Documentos de Projetos*, (LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020.
- GRAMKOW, C. e ANGER-KRAAVI, A. Developing green: A case for the brazilian manufacturing industry. *Sustainability*, v. 6783, n. 11, p. 1-16. nov. 2019.
- SEVERIEN, S., SARCINELI, T., MATSUDA, Y., Programa de Restauração Ambiental da Suzano: lições aprendidas para investimentos em recuperação de pastagens degradadas no Brasil, Capítulo XI, estudo “Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (*Big Push*) para a sustentabilidade no Brasil”, *Documentos de Projetos*, 2020.